

AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO

Bolsa de Doutoramento

REF: PD FCT/488/2017

1. IDENTIFICAÇÃO DAS BOLSAS A CONCURSO

A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVA FCSH) abre concurso para a atribuição de 4 Bolsas de Doutoramento em Estudos Artísticos – Arte e Mediações, (3 mistas e 1 nacional).

As bolsas atribuídas no âmbito do concurso com a referência **PD FCT/488/2017** serão financiadas por verbas do Orçamento de Estado do MCTES (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior/FCT) e quando elegíveis, por verbas do Fundo Social Europeu através dos Programas Operacionais do período de programação 2014-2020, do Portugal 2020, nomeadamente, o Programa Operacional Temático do Capital Humano, o Programa Operacional Regional do Norte, do Centro ou do Alentejo, de acordo com as disposições do Regulamento Específico aplicável.

2. ÁREA CIENTÍFICA

Estudos Artísticos.

3. CANDIDATOS

Nos termos conjugados do art.º 5.º e n.º 1 do art.º 14.º, ambos do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT (RBI) podem candidatar-se cidadãos nacionais, de outros estados membros da União Europeia e de estados terceiros, que sejam detentores do grau académico necessário ao ingresso em ciclo de estudos conducente à obtenção do grau académico de doutor em Estudos Artísticos.

Não são elegíveis os cidadãos que já tenham beneficiado, para o mesmo fim, de bolsas de idêntico tipo das colocadas agora a concurso, caso estas tenham sido diretamente financiadas pela FCT.

4. PRAZO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

4.1. O concurso encontra-se aberto entre o dia 22 de dezembro de 2017 e o dia 12 de Janeiro de 2018.



4.2. As candidaturas são submetidas preferencialmente por correio eletrónico ou através de carta registada com aviso de receção, acompanhada dos documentos que a instruem, para artisticos@fcsb.unl.pt ou para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Av. de Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa, dentro do prazo limite para a respetiva apresentação. Na apresentação da candidatura através de correio registado com aviso de receção, atende-se à data do respetivo registo e no caso de apresentação por correio eletrónico à data do recibo de entrega.

4.3. A candidatura é obrigatoriamente instruída, sob pena de exclusão, com os seguintes documentos:

- a) *Curriculum Vitae* detalhado do/a candidato/a, datado e assinado, com indicação do seu endereço de correio eletrónico declarando o seu consentimento para a notificação por este meio e acompanhado de carta de motivação;
- b) Cópia do documento de identificação; Caso opte por não enviar a cópia do documento, por favor indicar o tipo, número, data e local de emissão e data de validade.
- c) Documentos comprovativos de que o/a candidato/a reúne as condições exigíveis para atribuição da bolsa, nomeadamente cópia dos certificados de habilitações de todos os grau académicos obtidos, com nota final;
- d) Para os graus académicos conferidos por instituição de ensino superior estrangeira é obrigatória a apresentação do registo do reconhecimento do grau académico e da conversão de classificação final para a escala portuguesa (processo regulado pelo Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de outubro), ou em alternativa, a obtenção de equivalência/reconhecimento dos graus académicos (processo regulado pelo Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de junho)¹;
- e) Documento comprovativo de residência permanente e habitual em Portugal, se aplicável;

¹ Deve dirigir-se à Direção-Geral do Ensino Superior ou a uma Instituição de Ensino Superior pública portuguesa, para obter o reconhecimento do grau académico e a conversão da nota final estrangeira para a escala de classificação portuguesa. Sugere-se a consulta do site da Direção-Geral do Ensino Superior em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt>

- f) Comprovativos referentes aos fatores preferenciais mencionados no ponto 7.5, se aplicável;
- g) Declaração atualizada comprovativa da situação profissional do/a candidato/a, com indicação da natureza do vínculo, funções e carga horária letiva em média semanal, se aplicável, podendo substituí-la por declaração sob compromisso de honra, caso não exerça qualquer atividade profissional ou de prestação de serviços.

5. PLANO DE TRABALHOS

Resumo do plano de trabalhos.

6. INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO E ORIENTADOR CIENTÍFICO

INET-md – Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança com sede na Av. de Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa. O orientador científico será escolhido entre os membros da equipa associada ao programa doutoral.

IFILNOVA – Instituto de Filosofia da Nova com sede na Av. de Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa. O orientador científico será escolhido entre os membros da equipa associada ao programa doutoral.

IHA – Instituto de História da Arte com sede na Av. de Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa. O orientador científico será escolhido entre os membros da equipa associada ao programa doutoral.

7. MÉTODOS DE SELEÇÃO E VALORAÇÃO

7.1. São utilizados de forma faseada dois métodos de seleção: na 1ª fase a Avaliação Curricular (AC) e do Plano de Trabalhos (PT), e na 2ª fase a Entrevista (E), com as seguintes ponderações: Avaliação curricular (AC) – (50)%, Plano de Trabalhos (PT) – (30%) e Entrevista (E) – (20)%;

7.2. A avaliação curricular e do plano de trabalhos - são expressas numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas; a entrevista é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido ou Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores;

7.3. Na avaliação curricular (AC) dos/as candidatos/as são apreciados, com igual peso, o currículo académico (diplomas, classificação) e o currículo científico. Na avaliação do plano de trabalhos (PT) dos/as candidatos/as são apreciados, com igual peso, o ajustamento do projeto de trabalhos à filosofia do Curso de Doutoramento e a originalidade e significação da investigação para o desenvolvimento da área científica. A avaliação curricular e do plano de trabalhos serão feitas de acordo com parâmetros, a definir em ata do Júri.

7.4. Na entrevista (E), são avaliados, de forma objetiva e sistemática, os conhecimentos e as competências técnicas e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado/a, nomeadamente os relacionados com a conceção e implementação do plano de trabalhos.

7.5. Fatores preferenciais: É fator preferencial, desde que devidamente comprovado, a experiência de investigação académica no campo escolhido para o plano de trabalhos.

7.6. Todos os candidatos serão notificados por email da seriação da 1ª fase. Apenas os/as candidatos/as ordenados/as nos 6 primeiros lugares na 1ª fase (AC) e desde que com classificação igual ou superior a 14 valores são convocados/as por meio de correio eletrónico, com recibo de entrega de notificação, para a aplicação do método a realizar na 2ª fase (E);

7.7. Cada um dos métodos de seleção é eliminatório.

Na 1.ª fase (AC) são excluídos os/as candidatos/as que não obtenham classificação igual ou superior a 14, ou que não cumpram os requisitos de elegibilidade.

Na 2.ª fase são excluídos os/as candidatos/as que não compareçam à entrevista, que obtenham classificação inferior a 9,5 valores na entrevista ou na classificação final do concurso feita a respetiva ponderação.

7.8. A ordenação final dos/as candidatos/as que completem os métodos de seleção é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção. Em caso de igualdade de classificação os critérios de desempate a adotar são: classificação obtida no método de seleção entrevista (E); subsistindo o empate, a classificação obtida na avaliação curricular.

7.9. Os/as candidatos/as têm acesso às atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, desde que as solicitem.

8. JÚRI DE SELEÇÃO

O Júri é constituído pelos seguintes elementos: Presidente do júri, (João Pardana Constâncio), 1º Vogal, (Margarida Brito Alves), que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e 2º Vogal, (Maria Irene Ângelo Aparício).

São elementos suplentes: 1º Vogal, (Paulo Filipe Monteiro) e 2º Vogal, (Margarida Acciaiuoli de Brito).

9. PUBLICITAÇÃO E NOTIFICAÇÕES DE RESULTADOS

9.1. Todos os candidatos serão notificados via email com a lista de admissão e exclusão ao concurso, os resultados obtidos em cada uma das fases e a lista de ordenação final.

9.2. Os resultados da avaliação são comunicados por email a todos os candidatos e são também divulgados, para consulta pelos candidatos, na página <http://fcsch.unl.pt/escola-doutoral/doutoramentos/linguistica-2/linguistica-1>. Caso a decisão a tomar seja desfavorável à concessão da bolsa requerida, os candidatos têm um prazo de 10 dias úteis, após a divulgação, para se pronunciarem, querendo, em sede de audiência prévia, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo. Da decisão final pode ser interposto recurso para a Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP, no prazo de 15 dias úteis após a respetiva notificação.

10. DURAÇÃO DA BOLSA, VALOR DO SUBSÍDIO DE MANUTENÇÃO MENSAL

Nos termos do art. 9º do RBI a bolsa tem a duração de um ano, eventualmente renovável até ao período máximo de 4 anos, sendo previsível que o seu início venha a ocorrer em Março de 2018.

O subsídio de manutenção mensal (SMM) a conceder é o estabelecido na Tabela Anexa ao RBI tendo em conta a tipologia de bolsa. O pagamento do SMM bem como o pagamento dos encargos resultantes da eventual adesão do/a bolseiro/a ao regime de segura social voluntário (1º escalão), será efetuado, mensalmente, através de transferência bancária para a conta identifica da pelo/a bolseiro/a no âmbito do

processo de contratualização da bolsa.

Os/As candidatos/as a seleccionar exercerão as funções de bolseiro/a em regime de dedicação exclusiva nos termos previstos no Estatuto do Bolseiro de Investigação.

11. POLÍTICA DE NÃO DISCRIMINAÇÃO E DE IGUALDADE DE ACESSO

A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, promove uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato/a pode ser privilegiado/a, beneficiado/a, prejudicado/a ou privado/a de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

12. LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

Lei nº 40/2004, de 18 de agosto, na sua redação atual, que aprova o Estatuto do Bolseiro de Investigação, disponível em:

<http://www.fct.pt/apoios/bolsas/estatutobolseiro.phtml.pt>

Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT, I.P., Regulamento nº 234/2012, alterado por último pelo Regulamento nº 339/2015, publicado na II Série do Diário da República de 17 de junho de 2015, e disponível em:

<http://www.fct.pt/apoios/bolsas/regulamento.phtml.pt>

A concessão das bolsas a concurso encontra-se dependente da receção da documentação exigida e da disponibilidade orçamental da entidade financiadora